

Necrogerontopolítica à brasileira: Clamores da/na diferença (geracional)

Fernando Pocahy¹

Resumo: Ensaio sobre formas de interpelação da velhice e governo da longevidade no contexto da crise sanitária e política brasileira, este artigo aborda o impacto da racionalidade neoliberal na produção da encruzilhada interseccional entre a velhice, a raça, a sexualidade e o gênero. Para tanto, acompanham-se criticamente as redes contemporâneas de enunciados que assombram a velhice. Nestas, os clamores da diferença geracional são parcialmente escutados, mas causa perplexidade e profunda consternação a artimanha negacionista para vender (falsos planos de) saúde e exigir das pessoas idosas e suas redes a total responsabilidade pelo próprio destino, marca brasileira do que estou arriscando denominar necrogerontopolítica.

Palavras-chave: Envelhecimento, gênero, sexualidade, governamentalidade

¹ Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, lotado no departamento de Estudos Aplicados ao Ensino, docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Líder do geni – estudos de gênero e sexualidade. Bolsista de Produtividade CNPq 2, JCNE-FAPERJ e Prociência-UERJ. E-mail: fernando.pocahy@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>

A pandemia do SARS-CoV-2 complexificou (ainda mais) as práticas de governo da velhice, ademais de importantes efeitos sobre as (bio)políticas da longevidade. Algo percebido pelo mundo afora, cintilando os limites e as crueldades dos sistemas de (des)atenção, (des)cuidado e (des)previdenciários. Em mesma rota de tensão, fragilizaram-se ainda mais os laços intergeracionais, de forte impacto sobre tutela, controle, desprezo e violência contra as pessoas idosas. Vidas idosas – ou vidas longevas²–, em que pese algum reconhecimento aqui ou acolá³, foram (e ainda são) vítimas terríveis não apenas de um vírus, que atinge de forma específica corpos ditos “velhos” (e pessoas com comorbidades), mas sujeitados/as a diversas formas de negligência, desprezo e outras violências e violações de direitos.

Dado o contexto de fratura democrática e desmonte das políticas públicas e sociais, vimos aumentar vertiginosamente a letalidade da população de idosos/as, pessoas com comprometimentos de saúde e em situação de vulnerabilidade social. Não apenas nos deparamos com coisas que já estavam aí – como as desigualdades e as violações, com os indicadores que apontam a menor expectativa de vida entre a população negra, por exemplo – mas, efetivamente, vimos essas coisas assumirem contornos ainda mais perversos, desde nossa mais recente ruptura democrática e

² Há que se destacar a importante distinção ou o limite de aproximação entre a noção de envelhecimento e vida longa. De uma parte, consideramos que avanços no campo da saúde e outros aportes sociais permitiram modos de envelhecer com menos impactos sobre o corpo. No entanto, contingentes populacionais significativos não se beneficiam de algumas dessas condições e avanços sociotécnicos, o que repercute no direito à longevidade. Observe-se que é possível, ainda, sob condições adversas, alcançar uma vida longa, porém, o impacto da desigualdade social e a ausência de garantias sociais, ou as violações de direitos (entre elas por racismo e transfobia, por exemplo), incide de forma a encurtar as possibilidades de uma vida longa e digna (com saúde, reconhecimento, direitos etc.).

³ Mesmo em países ditos previdentes, a situação foi da ordem do desprezo com tais vidas. No caso brasileiro, não foi e não seria diferente, senão que, muito provavelmente, o é ainda pior – especialmente considerando-se a situação de miséria que caracteriza a experiência de envelhecer no Brasil com um salário-mínimo para grande parte da população. Na Espanha, por exemplo, onde acompanhei de perto o início da pandemia (em período de pesquisador visitante na *Universidad Complutense de Madrid* – jan-nov 2020), o horror expôs a voracidade da racionalidade neoliberal do amplo mercado das instituições de longa permanência. Mas também na atenção a crianças em situação econômica desfavorável, onde o governo de Isabel Díaz Ayuso providenciou como alimentação escolar a distribuição de lanches rápidos, produzidos por grandes empresas do *fast food* – no cardápio, pizzas e sanduíches.

voracidade neoliberal. O clamor da diferença letal(izada) está estampado nas páginas dos horrores diários que nos acompanham desde o golpe de 2016, e que se tornou ainda mais pronunciado com a ascensão da extrema direita de Jair Messias Bolsonaro – comparsas e lacaios. Este texto foi, portanto, escrito sob perplexidade e consternação.

Dor. Angústia. Desespero. Muitos mundos acabam todos os dias no Brasil. Levamos os dias contando os mortos e temos constantemente o medo de morrer ou que algum ente querido tenha sua vida ceifada pelo encontro com a Covid-19. Infelizmente, o luto não teve e ainda não possui seu lugar para boa parte da nação, o que tornará a luta contra o fascismo (do/no mundo pandêmico) ainda mais fraca. Nossa democracia agoniza. Somos um país que ainda não fez o luto pelos muitos genocídios desde a invasão portuguesa.

Sob forte impacto das notícias do gerontocídio promovido por uma operadora de saúde – a *Prevent Senior*⁴–, que ofereceu cobertura a preços acessíveis a uma parcela da população, cujos custos de cobertura outras seguradoras não comportam, barganhando a vida com experimentos clínicos mais do que ineficazes, letais, sigo tentando juntar as peças desse quebra-cabeça indecifrável, mas, a cada dia, perco o rumo, diante da forte capacidade dessa onda fascista de necrosar a democracia, a potência de vida. De racionalidade voraz e insaciável, ademais emblemático, o *modus operandi* do governo Bolsonaro é indicador de um modo de exterminar a vida, através

⁴ O público da empresa, como já anunciado no seu nome, é majoritariamente de idosos – 76% de sua carteira, em comparação com 35% das outras operadoras, significando uma perigosa (e, se percebeu, letal) forma de gerenciamento da saúde dos/as assistidos/as, segundo informações publicadas em vários meios de comunicação. Uma síntese dos principais pontos do caso por ser acompanhada nas palavras de Estevão Bertoni (2021), em publicação do NEXO Jornal: “A empresa tem sido acusada de omitir mortes num estudo sobre a hidroxiquina com o objetivo de demonstrar sua eficácia e de administrar medicamentos ineficazes contra a covid-19 sem o consentimento dos pacientes. As denúncias aparecem em um dossiê produzido por ex-médicos do plano que foi encaminhado aos senadores da comissão. Os resultados do estudo sobre o uso da hidroxiquina foram divulgados pelo presidente Jair Bolsonaro e seus filhos em suas redes sociais em abril de 2020, com a informação de que nenhum paciente havia morrido entre os que tomaram os medicamentos”.

de pesada artilharia neoliberal e privatista, paradoxalmente suicidária (pois leva a todas e todos, incluído “eles mesmos”, ao autoextermínio⁵).

O começo de minhas reflexões para este artigo⁶ remonta ao início da pandemia, mas precisei abrir um espaço para o caso da *Prevent*, pois este espelha algo que movimentava a agonística do envelhecimento e as políticas da longevidade no Brasil. Início, portanto, com aquilo que já nos adianta boa parte desse quadro de horror, recentemente amplificado pelo caso da operadora supracitada e sua relação estreita com o governo de Messias Bolsonaro, mas por outro viés: o flagelo das/os idosas/os (em especial de algumas pessoas idosas – pobres, não brancas, não cisgêneras, etc.).

Dados do Disque 100 – serviço vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – apontam que o número de denúncias de violência contra idosos/as quintuplicou nos primeiros meses da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, em 2020. Foram registradas três mil denúncias em março, oito mil em abril e, somente em maio, 17 mil notificações (BRASIL, 2020). Muito provavelmente esses números não acompanham a real situação de violação de direitos das pessoas idosas, considerando as barreiras enfrentadas para que essa população procedesse à denúncia ou solicitasse ajuda cresceram enormemente. No entanto, esse clamor ainda não é plenamente escutado e somente algumas vidas consideradas passíveis de luto (e luta) provocam comoção e alguma resposta pública.

⁵ Ao abordar a noção de necropolítica em nota próxima, explicito a situação comentada por Michel Foucault, diante de uma ordem emitida por Adolf Hitler sobre a saída para o povo alemão em caso de possível derrota durante a guerra.

⁶ Este trabalho não é inédito. Algumas partes sim, algumas apostas são novas e atravessadas pelas urgências dos nossos dias de horror e dor; outras, são junções que me permitiram reelaborar antigas experimentações teórico-epistemológicas. Há, ainda, as não publicadas, partes de notas sobre o tema do envelhecimento, a partir da ideia de produção, marcação e governo da diferença. Este é o título de um projeto em desenvolvimento, financiado pelo CNPq e pela FAPERJ, respectivamente bolsas de produtividade em pesquisa PQ2 e JCNE, além da bolsa Prociência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em convênio com a FAPERJ: Gênero, sexualidade e envelhecimento: problematizações interseccionais sobre a produção e o (auto)governo da diferença nas práticas da educação em saúde. Agradeço à Beatriz Bloise (doutoranda ProPEd-UERJ-geni) e Arthur Daibert Tavares (doutorando PPGPS-UERJ-geni), pela leitura crítica da primeira versão deste texto. O trabalho de revisão do texto é de Fernanda Vivacqua.

É perturbador o silêncio que paira sobre as muitas e dolorosas formas de viver a velhice, em suas expressões dissidentes em gênero, sexualidade e no avesso da branquitude. Poucos são os dados relativos a gênero e raça e, seguramente, não encontraremos no registro do Ministério da Família e dos Direitos Humanos nenhuma pista, comoção ou mesmo interesse em evidenciar qualquer relação de tais denúncias com as sexualidades dissidentes, sequer com a raça.

Diante do contexto distópico em que vivemos – em decorrência das imposturas do Governo Federal em todos os âmbitos de governança e representação política –, uma cultura de ódio se espalhou, fortemente embalada pelos discursos fundamentalistas e ultraconservadores, autorizando formas de preconceito, discriminação e desqualificação das diferenças e banalização da vida. Pronunciou-se, assim, uma das integrantes do Ministério da Economia de Jair Messias, a economista Solange Vieira, que comanda(va) a Superintendência de Seguros Privados: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”, reportou a Revista Fórum (VIEIRA apud ROCHA, 2020).

O aumento de desigualdades, violações de direitos e violência durante a pandemia – cujo enfrentamento se daria justamente pela robustez e eficácia de políticas públicas, hoje em franca extinção (e sem muitas possibilidades de reversibilidade, diante dos congelamentos de orçamento público) –, atinge mais fortemente mulheres cisgênero de camadas populares (CAMPOS et al, 2020; MOREIRA et al, 2020), pessoas LGBTQIA+ (OLIVEIRA et al, 2020; SANTANA; MELO, 2021), populações racializadas (GOES et al, 2020) e, no caso específico deste trabalho, idosos/as pobres (MORAES et al, 2020). É necessário destacar a situação complexa em que se encontram também crianças e jovens (MARQUES et al, 2020; PONTES et al, 2020) dos estratos mais desfavorecidos, igualmente vulneráveis no interior dos lares brasileiros, em instituições de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa. Elementos que incidem, na mesma medida, nos marcos de expectativa de vida populacional.

Nesse espectro, pessoas interpeladas e marcadas por dissidências de gênero e sexualidade encontram-se expostas a toda sorte de violência e negligências. Infelizmente, as formas de acompanhamento e enfrentamento encontram-se na última posição dentre os compromissos do atual Governo Federal, senão que objeto de desprezo e de franca disposição ao extermínio. O resultado da equação pandemia versus governo é que as populações menos favorecidas agonizam e a situação dos/as idosos/as, especialmente os/as mais pobres, racializados/as (no avesso da branquitude) e em diversidade de gênero e sexual, encontra-se em uma encruzilhada interseccional (AKOTIRENE, 2019) sem precedentes. Isso alerta para a urgência de análises e intervenções sociais que sejam capazes de articular marcadores da diferença e contextos culturais e socioeconômicos – ademais de considerarem os efeitos da cruzada antilaicidade, as (im)posturas ultraconservadoras e, efetivamente, o impacto neoliberal sobre a democracia.

Com poucas ou raras alternativas concretas para um país que envelhece a passos largos – considerando-se que a expectativa de vida era de 77 anos para nascidas/os em 2019, segundo estimativa do IBGE (2019) –, o desgoverno (deixar morrer, porém efetivamente fazer morrer) parece ser a estratégia prioritária daquele que ocupa o principal cargo político do país, juntamente com seus aliados – em várias instâncias sociais, políticas e culturais. Estudo publicado em 2021 avalia a redução da expectativa de vida mundial em razão do impacto da Covid-19, indicando, no caso brasileiro (CASTRO et al., 2021), declínio de 1,94 anos de vida:

A redução da expectativa de vida aos 65 anos foi de 1,58 anos, colocando o Brasil de volta aos níveis de 2009. O declínio foi maior para os homens, ampliando em 2,3% e 5,4% a diferença entre homens e mulheres na expectativa de vida ao nascer e aos 65 anos, respectivamente (p. 1629).

Além do fator da crise sanitária, a cultura do silenciamento da violência contra idosos/as, a precarização das políticas de atenção e os discursos de ódio – que se

alinham ao atual status político-social e econômico brasileiro – passaram a configurar importantes balizas no acesso aos serviços de atenção e proteção. Apesar das limitações e da fragilidade dos dados do Disque 100, esses e outros indicadores do atual (des)governo nos são úteis, pois corroboram para a associação da medida de isolamento e o recrudescimento de situações de maus-tratos, negligência e outras violências de ordem moral e patrimonial, sendo estas os principais motivos de acesso a esse serviço (BRASIL, op. cit.), depondo contra o próprio Governo Federal, incapaz de enfrentar a situação. Muitos/as idosos/as vivenciam estados de debilidade ou outros fatores individuais, que se agravaram em decorrência da ausência de atenção especializada, da ausência de atenção especializada e da pauperização. Situações de violência, assédio e negligência (pessoal e institucional) são os principais motivos de denúncia conforme dados oficiais (DISQUE 100, 2020).

Os ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a extinção de políticas e programas sociais, revelam um governo com franca disposição a deixar morrer certo contingente populacional e também, mais pronunciadamente, de acordo com o lugar, em fazer morrer – algo que acompanha a pandemia desde seu surgimento. No período, relembra-se, os óbitos, em muitos casos, se deram por negligência ou deliberada recusa em salvar essas vidas – não apenas no Brasil, mas em outros contextos, por isso reforço que vivemos uma experiência que guarda sua singularidade nacional.

O distanciamento em relação às garantias constitucionais e aos acordos internacionais de proteção à vida tornou-se ainda mais perceptível através da transferência de responsabilidade sobre a velhice para as famílias e/ou outras redes pessoais e institucionais de apoio – quando elas existem, o que não é o caso de muitas pessoas em situação de pobreza extrema, vivendo na rua e/ou LGBTQIA+. Podemos dizer isso também para a população em geral, mas destaco que me ocuparei, aqui, apenas dos sujeitos que compõem o interesse do trabalho em tela, embora possamos

perceber que estamos tratando da vida contemporânea em suas distintas (dis)posições geracionais.

Em relação ao tema do envelhecimento, arriscaria afirmar que se trata de **necrogerontopolítica**⁷ o que está em questão – ou aquilo que movimenta algumas das (im)possibilidades relacionadas ao projeto de longevidade em curso no mundo contemporâneo. Essa vontade de poder, a meu ver, corresponde a uma forma de governo que assume exterminar as possibilidades de vida de alguns/algumas. Mas não é somente uma política de extermínio de pessoas idosas. Entendo que elas figuram como pontos de extrema exposição, mas se trataria mesmo da impossibilidade de algumas pessoas terem o direito a uma vida – e uma vida longa –, como percebemos no caso de jovens negros/as e trans⁸, migrantes, pessoas em situação de rua e pessoas *hospiciadas* (CANÇADO apud TAVARES, 2021). Essa me parece a frente mais cruel da política de extermínio dos corpos indesejados.

⁷Essa ideia ainda está em experimentação. Por ora, ensaio um trocadilho acompanhado os estudos de Foucault (2016) sobre biopolítica, especialmente onde sugere a emergência de processos reguladores sobre a vida, entre outros, aqueles que se dirigem a “encompridar a vida” (p.207) da população. Em relação ao tema da longevidade, um dos processos mais representativos da disposição de um governo em “fazer viver” ao mesmo tempo em que deixaria morrer. A formulação de uma bio(necro)política acentuaria a contradição de um governo (agora especificamente considerado o quadro político que se estabeleceu com Bolsonaro) que, deliberadamente, assume, pelo negacionismo, algo muito parecido com o que Foucault sugere sobre o estado suicida de Hitler, quando, em 1945, este emitiu uma ordem para “destruir as condições de vida do próprio povo alemão”. Ainda que considere a relevância do argumento de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) – cuja ação deliberada do Estado é fazer morrer determinadas populações –, considero que o atual governo, entre outros movimentos que emergiram globalmente no que se vem convencendo chamar de virada ultrarreacionária e totalitária, opera em um registro onde fazer morrer não é o limite de sua atuação, mas destruir tudo (queimadas e frentes anti-vacina são apenas alguns exemplos da autodestruição, em um regime onde a longevidade tem apenas a perspectiva do gozo das formas de destruição do presente – quem por ora se deixará viver). Recomendo a leitura da aula de 17 de março de 1976, ministrada por Michel Foucault (op. cit.).

⁸Segundo Boletim 05/2020 da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais sobre os assassinatos de pessoas trans, desde o início do ano até outubro, foram notificados 151 crimes letais, 22% mais mortos do que o ano inteiro de 2019 (ANTRA, 2020). A despeito de ser uma população que tem sido impedida de envelhecer, uma vez que a média de vida é de 35 anos, os pesados efeitos da pandemia sobre essa população amplificam a precariedade e o risco de vida, no país que mais mata pessoas trans no mundo (ANTRA, 2019).

Mas o extermínio, se não ocorre por vias da ação direta, opera por outros caminhos, como o recrudescimento da vulnerabilidade social, programática e individual (AYRES; FRANÇA JR; CALAZANS; SALETTI FILHO, 2003), diretamente relacionados ao atual estado de desmonte de políticas públicas e sociais e à gestão da crise sanitária. Destaco algumas das vias de precarização da vida, notadamente a das pessoas idosas: mais da metade daqueles/as idosos/as que possuíam vínculo empregatício ativo perdeu renda durante a pandemia (ICICT/FIOCRUZ, 2020a), ou mesmo seu posto de trabalho⁹. Esse fator é central, quando consideramos que muitas dessas pessoas idosas encontram-se ativas e responsáveis por boa parte do orçamento doméstico – quando não totalmente responsáveis. Seja através de sua aposentadoria, de recursos financeiros advindos de alguma prática laboral ou pelo exercício de trabalho doméstico como cuidadores/as – alguns sem qualquer garantia trabalhista–, é notória a responsabilidade dos/as idosos/as na manutenção de grupos familiares e sua direta relação com o orçamento doméstico. Importante observar, portanto, que os óbitos comprometem a renda desses grupos, tendo em vista que as aposentadorias eram, muitas das vezes, a única fonte de renda domiciliar; ou mesmo porque algumas pessoas idosas seguiam trabalhando, gerando renda.

Adiciona-se a isso o fato de que muitos/as idosos/as são responsáveis pelo cuidado de outros/as idosos/as e/ou crianças, sobressaindo-se a presença de cuidadoras, revelando desigualdades de gênero e raciais na vivência pandêmica, mas também o peso sobre aquelas/es que devem manter os fluxos de produção econômica ativos (sendo exploradas/os, bem evidentemente):

A desigualdade racial está presente também no acesso de idosos aos cuidados de uma pessoa contratada. Antes da pandemia, 8% (1.840.000) dos

⁹ Segundo a Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social – ANASP, “no mês de julho de 2019, 67,3% dos benefícios pagos possuíam o valor de até um salário-mínimo representando um contingente de 23.7 milhões de beneficiários diretos. O valor médio em julho de 2019 foi de R\$ 1.326,96, sendo R\$ 1.522,10 para a os trabalhadores urbanos e de R\$ 896,79 para os trabalhadores rurais, abaixo do salário-mínimo de R\$988, mesmo valor do piso previdenciário” (2019).

domicílios brasileiros com idosos tinham pelo menos um com alguma limitação funcional para realizar atividades básicas da vida diária – tais como tomar banho, ir ao banheiro, vestir-se, andar em casa de um cômodo para outro ou deitar-se. Ou seja, alguém que precisa de cuidados. Em 72% dos casos, essa ajuda era dada por alguém não contratado (familiar ou próximo), e em apenas 28%, por cuidadores profissionais. Entre os que se declararam brancos, 40% eram auxiliados por esse tipo de profissional. O percentual foi bem menor entre os idosos que se autodeclararam pardos (17,5%) e entre os que se declararam pretos (10%) (ICICT/FIOCRUZ, 2020b).

Noutra direção, porém não diametralmente oposta, e argumento central para este trabalho de pesquisa, a evidência sanitária de que a população acima dos sessenta anos está mais vulnerável às enfermidades produzidas pelo vírus vem amplificando a agonística¹⁰ do governo e da tutela da velhice. Percebidos como corpos frágeis, mas também considerados indóceis, diferentes dispositivos discursivo-midiáticos-institucionais sugerem, sutil ou explicitamente, que elas/es estariam agindo de forma irresponsável e resistentes às prescrições sanitárias, como costumamos ler em séries de resíduos discursivos veiculados nas mais variadas redes sociais.

Pululam imagens-textos sobre a (in)corrigível conduta de idosos/as, reforçando os apelos de familiares e profissionais da saúde. Com isso, esquivam-se de sua responsabilidade o ente público, privatizando-se a questão social e cultural da velhice (DEBERT, 2005), ademais de compor uma rede enunciativa objetivante da terceira idade – ou quarta, ou outras mais, nesse quadro de objetivação. Esses processos de representação da velhice são, ainda, determinados por condições econômicas que, evidentemente, podem estar presentes no acesso que distintas “populações de velhos/as” têm às tecnologias e aos estilos de vida associados à terceira idade saudável e ao envelhecimento jovem (MOTTA, 1997; LINS DE BARROS, 2006). Em decorrência disso, os dramas particulares dos/as idosos/as transformam-se em responsabilidades

¹⁰ Utilizo o adjetivo, tendo em vista a acepção mobilizada por Foucault; isto é, trata-se de jogo (disputa), envolvendo “incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1995, p.245).

individuais, equivalentes a uma ideia de que eles “negligenciaram seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades e relacionamentos motivadores” (DEBERT, 2005, p. 27).

Venho me questionando em pesquisa como ficariam aquelas pessoas que não correspondem a certa imagem – representação ou ideal – da velhice ou aquelas pessoas marcadas por uma dada contingência de vida (sempre social, mas desigual)? Seriam passíveis de reconhecimento da/na cultura? Poderiam demandar ou acessar com dignidade os aportes previdenciários e de saúde pública? Qual forma-representação-performance alguém precisa realizar ou assumir – incorporar – para ser reconhecido/a como idoso/a, criança, jovem ou adulto/a inteligível, para ser percebido/a-tratado/a-conduzido/a como humano, ainda que a noção mesma de humano deva ser tensionada, pois é ela, em si, já um efeito de determinada racionalidade Butler (2005)? E quais instâncias na cultura vêm trabalhando para ampliar ou para estreitar as possibilidades de cada sujeito, diante desses imperativos e normas?

Desde minhas análises sobre as regulações das idades (POCAHY, 2017), especialmente aqui a velhice, muito embora tenha me dedicado a duas pesquisas bastante robustas sobre juventudes em dissidências de gênero e sexualidade (POCAHY, 2006; 2016; POCAHY; DORNELLES, 2017), estou convencido de que a emergência de certos modos de enunciar preocupações com a população de pessoas ditas velhas (ou marcadas pela idade que levam) não expõe apenas os efeitos estruturais do sistema previdenciário, educacional e da saúde, entre outros. Minha aposta é de que a trama é mais complexa do que aquela do cálculo estatístico governamental (*estadístico*), muito embora o inclua. É preciso compreender não somente a circulação de enunciados e representações, mas os modos como nos (auto)governamos diante dessas interpelações. Ou, em outras palavras, em que medida as práticas institucionais ou o conhecimento que é produzido sobre uma população opera e/ou contribui para a fixação dessa marcação da

diferença e quais vidas passam a ser consideradas (in)viáveis ou (im)possíveis nessa trama.

Sublinhe-se que as formas de produção da marcação geracional estão intrinsecamente articuladas a outros marcadores, tais quais, e fundamentalmente, gênero, raça e sexualidade. Acredito, ademais, de que os efeitos da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) pressupõem a produção de certo ideal regulatório, justamente para que seus termos se fixem ou operem de forma produtiva ou eficaz (para usar uma linguagem de mercado, tão cara a tal episteme), o que pressupõe arranjos específicos entre (dis)posições de sujeito – agenciadas de modo contexto-dependente (MEYER, 2012). Como experiência também fabricada, em certa medida, a velhice é igualmente performativa – isto é, através de rituais linguísticos, estilizações repetidas, ela assume certo caráter de real inquestionável, abrindo espaço para a produção de normas e para a regulação cultural, política e econômica dos corpos-sujeitos, mas, na mesma medida, para a sua contestação e para as dissidências (POCAHY, 2019). É isso, afinal, o que me interessa pesquisar: os efeitos cotidianos e os usos que fazemos daquilo que tentam fazer de nós. E como certos marcadores se articulam mais ou menos nessas formas de governo de si ou da imposição do autogoverno pela via da responsabilização individual, enunciada no agenciamento dos fluxos da episteme neoliberal e dos dispositivos da branquitude – elemento de manutenção dos privilégios.

De acordo com Brown (2017, p. 36), “[...] a racionalidade neoliberal dissemina o modelo do mercado a todas as esferas e atividades – configura os seres humanos de modo exaustivo como modelos do mercado, sempre, unicamente e em todas as partes como *homo aeconomicus*”: “capital humano” e todas as suas esferas de atividade estão associados cada vez mais ao “capital financeiro” e de investimentos, e não mais apenas produtivo ou empresarial. Portanto, a diferença, e aqui tomamos a diferença geracional, em seu plano expandido e não fixado, é considerada ponto de instabilidade para essas formas de governo, dado que opera na desestabilização dos fluxos de autoinvestimento

– pois, se a função da diferença é diferir, como afirma Silva (2002), como poderia governar-se o que pede passagem, escapa, é provisório, instável?.

Apoiando-me nas problematizações de Meyer (2003, 2004), entendo que esses ideais regulatórios concebem o indivíduo e a vida como empreendimentos infinitamente aperfeiçoados: a manter, gerir e potencializar o próprio bem-estar. Isso produz certo entendimento de que o indivíduo é capaz de se autogovernar mais/melhor quanto mais se capacitar, ou quanto mais bem capacitadas estiverem as instituições, no sentido de acolherem um sujeito inteligível (a elas). Para tal capacitação do empreendedor de si – o/a idoso/a viável para o “Cistema” Neoliberal ou para a governamentalidade cisonormativa (YORK; RAYARA; BENEVIDES, 2020) –, recorre-se à esfera das competências científicas e profissionais, produzindo-se conhecimento e prática especializados. Isto corresponde, em certa medida, a uma sorte de saber-poder sobre/para a fixação de uma população – o referente idoso/a, jovem, criança etc.

Em síntese: as significações para a velhice são construídas na cultura. No entanto, cabe destacar, elas são interpeladas/produzidas desde jogos de verdade, mediados por uma razão de Estado, com suas racionalidades econômicas e políticas. Assim, para além das supostas evidências de corpos que se modificam no curso da vida e podem demandar cuidados em saúde e proteção social, é preciso destacar que aprendemos-ensinamos sobre a velhice fortemente informados/as por campos científicos, que podem, ou não, reafirmar certas noções de como estabelecer vidas viáveis e possíveis para o "Cistema" (YORK; RAYARA; BENEVIDES, op. cit.).

Com essas questões em perspectiva, tenho orientado alguns de meus trabalhos a acompanhar a problemática da verdade e da performatividade na produção, na marcação e no governo da diferença geracional e etária, especialmente a partir de apostas sobre: as bio(necro)políticas nas rotas da longevidade; as (in)definições e sentidos da velhice: modos de vida, corporeidades e prazeres; a intergeracionalidade e o direito à cidade; e as configurações do etarismo. Destarte todos os “perigos” – que nos

demandam operações estratégicas com identidades e representações, cálculos, políticas etc. –, creio que estamos bastante atentas¹¹ aos riscos e às ciladas que a fixação da diferença nos coloca. Ali mesmo onde ela pode se deitar com a noção de identidade ou ser interpelada letalmente pelas políticas do ódio, encontramos potência em um modo de agir ético-epistemológico e estético que vêm se chamando de “reexistências” – e múltiplas têm sido as formas de expressão das lutas.

Porém, muito pouco ainda temos pensado-praticado em termos de enfrentamentos quando o tema é a velhice. E qual seria mesmo o corpo re/clamado pelo movimento feminista ou LGBT e *queer*? Quando se proclama a fortes vozes “meu corpo me pertence”, de que corpo se trata? Como sugere Lagrave (2009): que vozes reivindicativas se escutam quando o corpo oferece os primeiros sinais de decrepitude e de partida? Afinal, de que corpo se fala e qual corpo se reivindica nas políticas de identidade? Que corpo e que práticas importam para as lutas LGBTQIA+ – ou em todo caso, nas políticas de identidade-diferença? Se hoje conhecemos associações específicas para “pessoas idosas LGBTQIA+”, como a Eternamente Sou (com sede em SP, RJ e SC), elas só se articularam depois de quase duas décadas desde as primeiras intervenções associativas sobre velhice: o caso da campanha pioneira “Prazer não tem idade” do nuances – grupo pela livre expressão sexual¹² –, em 2003, e depois a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids –, em 2013, com o Projeto 3ª Idade, Homossexualidade e prevenção do HIV¹³.

¹¹A inflexão de gênero, aqui, é para marcar a oposição ao registro cis-hetero-normativo. É recusa ao gênero também, tentando situar *aquelas* que se movimentam em resistência e no avesso da norma heterocispatriarcal e branca: *as trans, as travestias, as bichas, as sapatas, as hetero-dissidentes, as bissexuais, as soropositivas, e todas +..., aquelas-todas-ditas-não-humanas* e que, em certa medida, recusam o ideal de humanidade que se movimenta e que nos movimenta na vida contemporânea. Com isso, explico, em parte, os usos que venho fazendo até agora de o/a ou a/o, pois incluem as posições dissidentes, mas dirige-se também a quem se mantém ainda sob a tutela da gramática binária de gênero.

¹²A grafia em minúsculo é um posicionamento do grupo.

¹³ Sobre estes projetos de intervenção social em saúde e direitos humanos e os estudos e pesquisas iniciais sobre o tema, reporto-me a Pocahy (2019; Pocahy; Dornelles, 2017).

Afinal, a quais sujeitos de dissidência se poderia dirigir a interpelação da vida longa? Quem é, afinal, esse “Nós”, quando dizemos que devemos estar preparadas/os para a velhice – ou a terceira idade? As conquistas LGBTQIA+ permitem considerar vidas idosas, não brancas, não consumidoras, não monogâmicas? E para o quê – para que tipo de vida ou modo de viver – devemos estar preparadas/os como população LGBTQIA+ idosa? O que é preciso dar a ver com seu corpo, seu comportamento, suas condutas, seus desejos e seus modos de ocupar a cidade para ser considerado um sujeito possível na experiência das/para as/com as políticas para idosas/os ou gerações longevas?

Essas não são questões que se colocam na velhice, mas sobre a velhice, e as balizas ético-políticas sobre o que, ou quem, será considerada/o humano ou não nessa sociedade – ou indivíduo produtivo – podem ser percebidas nos arranjos das políticas educacionais, sobretudo aquelas que pressupõem competências e habilidades. Competências e habilidades para qual projeto de sociedade? Para que modos de vida? Para quais modos de vida “idosos”, adulta, criança, jovem...?

A interpelação da idade/geração produz a diferença geracional no instante mesmo em que a descreve, nomeia, tentando regulá-la/governá-la – exercício de governamentalidade (LEMKE, 2017) –, antecipando, assim, qualquer noção mesma de sujeito que alguém possa ter, antes de se perceber como tal reflexionar. Isto é, somos certo alguém antes mesmo de termos alguma noção sobre tudo o que nos passa/perpassa.

Ao convocar uma população desde um regime de visibilidade/dizibilidade para a terceira, a quarta e a quinta idades – ou para a primeira ou segunda infâncias, para a adultez jovem ou a melhor idade etc. –, ali pode estar a intenção de governar uma população e, como define Butler (2006), algo nos movimenta a desejar o desejo de uma dada forma de governo ou mais amplamente do Estado (Nação). Afinal, é impossível governar para o devir ou em devir, pois governar, desde um certo viés, pressupõe a

diferença marcada, uma identidade. Portanto, qual a margem de liberdade que se pode estabelecer aqui?

Para quais sujeitos da/na experiência do envelhecimento está falando a nova ordem político-econômica mundial? O que ela inclui e exclui para compor a expectativa de vida? O que os sujeitos de uma dada idade precisam dar a ver e dizer sobre seus corpos e desejos para que sejam inteligíveis? De que sujeitos idosos/as e para quais sujeitos idosos/as se está falando/fazendo falar nos artefatos (políticas e práticas, por exemplo) – que, ao mesmo tempo em que os produzem, descrevem (marcam) e tentam governar? Como se dá essa operação no cotidiano e ali onde a vida miúda (a potência em diferir) fricciona o discurso?

No jogo biopolítico envolvendo o prolongamento da vida (longevidade) – e de um único modo possível de vivê-la, pois se produziu um modo de expandir a exploração desses corpos-vidas a produzirem e consumirem mais e pelo maior tempo possível –, a velhice vem se tornando cada vez mais uma questão de responsabilidade individual – o sujeito é o único responsável por si – e familiar. As redes de apoio e proteção e de promoção da cultura e da saúde encontram-se cada vez menos sob a responsabilidade-solidariedade do Estado. Ao não garantir condições de vida digna, saúde, educação, cultura, a partir de formas de governar que considerem a diferença como forma de expansão democrática (participativa), o Estado amplia as desigualdades e entende a diferença como algo a ser eliminado, facilmente descartado – o ponto de corte de uma necrogerontopolítica.

As representações da velhice passam, então, a pesar ainda mais sobre os ossos, sobre o corpo que não deve envelhecer, nem pode adoecer, uma vez que a racionalidade econômica pressupõe um trabalho sobre si mesmo como empreendedor de uma vitalidade que não poderá pesar mais do que uma pena sobre o não mais estado-previdente. “Só fica velho quem quer”, ironizam os meritocratas gestores-vendedores de planos de previdência. “Prevenir a velhice” (*prevent senior*) é o

melhor negócio, acrescentariam os gerontocidas de plantão – na empresa ou no Planalto, entre outros ambientes contaminados pelo ódio e neoliberalismo atroz.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AUMENTA número de denúncias de violação aos direitos de idosos durante pandemia. In: BRASIL. Cidadania e Assistência Social. Disque 100. Brasília, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/aumenta-numero-de-denuncias-de-violacao-aos-direitos-de-idosos-durante-pandemia>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JÚNIOR, I; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-139.
- BERTONI, E. 7 pontos-chaves para entender o caso da Prevent Senior. In: NEXO Jornal. São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/09/22/7-pontos-chaves-para-entender-o-caso-da-Prevent-Senior>. Acesso em: 06 out. 2021.
- BROWN, W. **El pueblo sin atributos**. La secreta revolucióndel neoliberalismo. Barcelona; México; Buenos Aires; Nueva York: Malpaso, 2017.
- BUTLER, J. **Humain, inhumain**. Le travail critique des normes. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005.
- BUTLER, J. **Deshacer el género**. Paidós: Barcelona-Buenos Aires-México, 2006.
- CASTRO, M. C., GURZENDA, S., TURRA, C.M. et al. Reduction in life expectancy in Brazil after COVID-19. **Nat Med**, 27, p. 1629–1635, 2021.
- CAMPOS, B; TCHALEKIAN, B; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de Sars-Cov-2/Covid-19 em São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, [online] v. 32, p, 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>. Acesso em: 06 out. 2021.
- COVID-19: pesquisa analisa impacto da pandemia no trabalho e renda da pessoa idosa. In: INSTITUTO de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). Rio de Janeiro, 03 jun. 2020a. Disponível em: [HYPERLINK "" https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisa-analisa-impacto-da-pandemia-no-trabalho-e-renda-da-pessoa-idosa](https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisa-analisa-impacto-da-pandemia-no-trabalho-e-renda-da-pessoa-idosa) Acesso em: 12 nov. 2020.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DEBERT, G. G. A vida adulta e a velhice no cinema. In: GUSMÃO, N. M. M. **Cinema, velhice e cultura**. Cinedebate. Campinas: Editora Alínea, 2005.
- EM 2018 a expectativa de vida era de 76,3 anos. In: AGÊNCIA IBGE Notícias. Brasília, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOES, E. F; RAMOS, D. O; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.1-7, 2020.
- IDOSOS negros têm menos acesso ao auxílio de cuidadores contratados. In: INSTITUTO de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), 2020b. Rio de Janeiro, 06

- jul. 2020. Disponível em: <https://www.iciet.fiocruz.br/content/idosos-negros-tem-menos-acesso-ao-auxilio-de-cuidadores-contratados> Acesso em: 12 nov. 2020.
- LAGRAVE, R-M. Ré-enchanter la vieillesse. **Mouvements**, v. 59, n. 3, p. 113-122, 2009.
- LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.
- LINS DE BARROS, M. M. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia**, n. 52, p. 109-132, 2006.
- MARQUES, E. S; MORAES, C. L; HASSELMANN, M. H; DESLANDES, S. F; REICHENHEIM, M. E. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p.1-6, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MEYER, D. E. E. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, D. E; PARAÍSO, M. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- MORAES, C. L; MARQUES, E. S; RIBEIRO, A. P. R; SOUZA, E. R. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 2, p. 4177-4184, 2020.
- MOREIRA, L. E; ALVES, J. S; OLIVEIRA, R. G. de; NATIVIDADE, C. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia & Sociedade**, [online] v. 32, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>. Acesso em: 06 out. 2021.
- MOTTA, A. B. Palavras e convivência – Idosos, hoje. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Dossiê Gênero e Velhice, v. 5, n. 1, p. 129-139, 1997.
- OLIVEIRA, F; CARVALHO, H. R; JESUS, J. G. LGBTI+ em tempos de Pandemia da Covid-19a. **Diversitates Int. J.**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.
- POCAHY, F. A. Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas na educação. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 3, p. 87-111, 2019.
- POCAHY, F.A. **A pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- POCAHY, F. A. Botando corpo, (des)fazendo gênero. Uma ferramenta para a pesquisa-intervenção na educação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 289-308, 2016.
- POCAHY, F. A. **Entre vapores e dublagens**. Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. Salvador: Devires, 2017.
- POCAHY, F. A. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. **Revista Ñanduty**, Dourados, v. 6, p. 9-22, 2018.
- POCAHY, F. A & DORNELLES, P. G. Dornelles. Gênero, sexualidade e envelhecimento: mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, n.2, p. 123-138, 2017.
- PONTES, A. L; ALARCON, D. F; KAINGANG, J. D; SANTOS, R. V. **Relatório-síntese do seminário “Vulnerabilidades, impactos e o enfrentamento ao Covid-19 no contexto dos povos indígenas: reflexões para a ação”**. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/41196/2/VulnerabilidadesPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- QUEIROZ, G; CAMPOS, M. Como estão os idosos durante a quarentena. In: VEJA São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/como-estao-os-idosos-durante-a-quarentena/>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- ROCHA, L. Coronavírus: Assessora de Guedes enxergava morte de idosos como positiva para “reduzir déficit previdenciário”. **Revista Fórum**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/>

coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario/ Acesso em: 06 nov. 2021.

SANTANA, A. D. S.; MELO, L. P. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 2-19, 2021.

SILVA, T. T. Identidade e diferença: impertinências. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 65-66, 2002.

TAVARES, A. D. M. Fabulação do corpo hospiciado: escritas comprometidas e pensamento antimanicomial. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VALOR médio dos benefícios do INSS é menos que R\$ 2 mil reais. In: SITE DA ASSOCIAÇÃO Nacional dos Servidores da Previdência Social – ANASPS. Brasília, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.anasps.org.br/valor-medio-dos-beneficios-do-inss-e-menos-que-r-2-mil-reais/> Acesso em: 06 out. 2021.

YORK, S. W./GONÇALVES JR., S. W. P; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p.1-12, 2020.

Brazilian-style negroerontopolitics: Claims of/in (generational) difference

Abstract: An essay on ways of questioning old age and governing longevity in the context of the Brazilian health and political crisis, this article addresses the impact of neoliberal rationality on the production of the intersectional crossroads between old age, race, sexuality and gender. To this end, the contemporary networks of statements that haunt old age are critically followed. In these, the claims of the generational difference are partially heard, but the denialist ruse to sell (false health plans) and demand from the elderly and their networks total responsibility for their own destiny causes perplexity and deep consternation, a Brazilian brand of what I am risking to call negroerontopolitics.

Keywords: Aging, gender, sexuality, governmentality

Recebido: 01/06/2021

Aceito: 20/12/2021